**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO**
   1. O objeto da presente operação consiste na contratação de empresa especializada na área de segurança para a prestação de serviços continuados de vigilância armada, destinados às Varas do Trabalho de Corumbá, Ponta Porã, Mundo Novo e Fóruns de Três Lagoas e Dourados, conforme as especificações e condições constantes do Edital, do Termo de Referência (TR) e dos Anexos, nos termos da Lei nº 8.666/1993, IN SEGES nº 5/2017, Decreto nº 9.507/2018 e legislação complementar.
2. **DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ADOTADA**
   1. A presente contratação visa disponibiliza os serviços de vigilância armada nas unidades deste Tribunal localizadas na região de fronteira (Corumbá, Ponta Porá, Mundo Novo) e nos Fóruns Trabalhista do interior do Estado (Dourados e Três Lagoas), avançando, dessa forma, no atendimento às recomendações dos órgãos superiores de controle, mormente a Resolução CNJ n. 291, que consolida as resoluções do CNJ sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário.
   2. Em tais localidades foram também instalados pórticos detectores de metais no final do ano de 2019 que, em conjunto com os serviços de vigilância armada, garantirão maior segurança aos magistrados, servidores e demais usuários desta Justiça Especializada.
   3. Não obstante a recomendação para que os serviços de vigilância ostensiva contemplem todas as unidades judiciárias, as questões de restrições orçamentárias limitam a disponibilização dos serviços, pelo menos nessa oportunidade, às localidades acima mencionadas.
3. **DA LICITAÇÃO**
   1. A presente contratação será efetuada por meio de licitação, sob a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, combinada com o Decreto nº 10.204/2019, e subsidiariamente com a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e será, ainda, subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.
   2. A execução da presente contratação dar-se-á pelo regime de empreitada por preço global.
   3. As empresas participantes do certame estão sujeitas também à observação das disposições constantes da Lei nº 12.846/2013, para em especial do art. 5º, inciso IV, bem como da necessidade de manter condutas compatíveis com o princípio da moralidade e da probidade administrativa:
      1. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
      2. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
      3. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
      4. fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
      5. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
      6. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
      7. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
4. **DA CONTRATAÇÃO**
   1. Será formalizado contrato com a licitante vencedora, conforme minuta anexa ao edital.
   2. A licitante vencedora deverá comprovar, antes da efetivação da contratação, de acordo com a Resolução nº 103, de 25 de maio de 2012, as seguintes condições:
      1. Apresentar declaração de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, de que tratam as Portarias nº 1.129, de 13.10.2017 e 1.293, de 28.12.2017 expedidas pelo Ministério do Trabalho;
      2. Apresentar declaração de não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1° e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto n° 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e 105. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004;
5. **DA VIGÊNCIA**
   1. A vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério do Contratante e observado o interesse público, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.
   2. A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados.
   3. A vantagem econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:
      1. Quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou em decorrência de lei;
      2. Quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).
   4. Nos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, para caracterização da vantagem econômica os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação deverão ser iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
   5. No caso do item anterior se os valores forem superiores aos fixados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.
   6. Nas eventuais prorrogações os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro período da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.
   7. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, no prazo de 3 (três) dias após assinatura do contrato, os documentos do responsável da empresa para abertura da conta depósito vinculada, estando sujeita a aplicação da multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato por dia de atraso.
   8. Após a assinatura do contrato o CONTRATANTE enviará ofício ao banco conveniado para abertura de conta depósito vinculada (bloqueada para movimentação) em nome da CONTRATADA que deverá, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação pelo CONTRATANTE, assinar os documentos de abertura da conta depósito vinculada, inclusive do termo específico da instituição financeira oficial que permita ao CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos da conta, cuja movimentação estará vinculada à sua autorização deste.
   9. Durante a vigência da contratação, será permitida a alteração da razão social, a fusão, a cisão, a incorporação, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
      1. Na hipótese de alteração que possa repercutir na execução do contrato a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, cópia autenticada do referido instrumento no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
      2. Na hipótese de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
   10. Em atenção aos arts. 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE.
   11. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.
   12. A CONTRATADA que não seja domiciliada em Campo Grande - MS, deverá instalar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início do contrato, escritório no Município de Campo Grande - MS, conforme decisão contida no acórdão do TCU nº 1.214/2013 – Plenário.
   13. Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Resolução CSJT nº 131/2013, a CONTRATADA deverá garantir que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas previstas no contrato sejam preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual. (Conforme § 1º, do art. 1º da Resolução CSJT nº 131/2013, esta norma se aplica aos contratos com mais de 10 [dez] trabalhadores vinculados)
   14. É condição para a caracterização da execução completa do contrato a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e do FGTS referente à mão de obra utilizada.
   15. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos contratuais e legais decorrentes desta contratação, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE
6. **DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. A execução dos serviços terá início no prazo máximo de 7 (sete) dias a partir da data de assinatura do contrato.
   2. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato até 1 (um) dia antes do início da execução dos serviços a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços ao CONTRATANTE, com os documentos que comprovem o atendimento dos requisitos exigidos na contratação.
7. **DAS UNIDADES E ENDEREÇOS**
   1. As unidades sob a administração do CONTRATANE, onde serão prestados os serviços, são as constantes da relação abaixo:
      * **VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ:** Alameda Joaquim Alcides Pereira nº 16, Corumbá - MS;
      * **VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ:** Travessa dos Poderes nº 183, Ponta Porã - MS;
      * **VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO:** Avenida Castelo Branco nº 219, Mundo Novo - MS;
      * **FÓRUM TRABALHISTA STÊNIO CONGRO:** Avenida Clodoaldo Garcia nº 350, Três Lagoas - MS;
      * **FÓRUM TRABALHISTA DOUTOR LAURO MACHADO DE SOUZA,** Rua Visconde de Taunay nº 250, Dourados - MS.
8. **DO DETALHAMENTO DO OBJETO**
   1. Os serviços serão prestados de acordo com o turno e posto abaixo estabelecidos, podendo o CONTRATANTE alterá-los a qualquer tempo, mediante termo aditivo, de acordo com suas necessidades, respeitando a carga horária e a folga semanal remunerada da categoria:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Posto de Trabalho** | **Local do Posto de Trabalho** | **Tipo de Jornada de Trabalho** | **Período** | **Jornada de Trabalho Semanal** | **Jornada de Trabalho Mensal** | **Quantidade Mínima de Postos** | **Ocupantes por Posto** | **Quantidade de Profissionais** |
| 1 | Vigilante Armado | Vara do Trabalho de Corumbá | 44 horas semanais | Diurno | De Segunda a Sexta-Feira | 220 horas | 1 | 1 | **1** |
| 2 | Vigilante Armado | Vara do Trabalho de Ponta Porã | 44 horas semanais | Diurno | De Segunda a Sexta-Feira | 220 horas | 1 | 1 | **1** |
| 3 | Vigilante Armado | Vara do Trabalho de Mundo Novo | 44 horas semanais | Diurno | De Segunda a Sexta-Feira | 220 horas | 1 | 1 | **1** |
| 4 | Vigilante Armado | Fórum Trabalhista de Três Lagoas | 44 horas semanais | Diurno | De Segunda a Sexta-Feira | 220 horas | 1 | 1 | **1** |
| 5 | Vigilante Armado | Fórum Trabalhista de Dourados | 44 horas semanais | Diurno | De Segunda a Sexta-Feira | 220 horas | 1 | 1 | **1** |
| **TOTAL** | | | | | | | **5** | **n/a** | **5** |

* 1. Quaisquer mudanças nos horários da prestação dos serviços serão acordadas previamente entre as partes, mediante termo aditivo.
  2. Os profissionais colocados à disposição do Contratante serão recrutados pela CONTRATADA, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de salários, benefícios, contribuições, impostos, indenizações, seguros, assistência médica, etc.
  3. A contratação por posto de serviço justifica-se pela necessidade de prestação ininterrupta dos serviços durante o horário de funcionamento do CONTRATANTE, de modo a atender as demandas que possam surgir com qualidade e rapidez, bem como a manutenção do funcionamento das atividades finalísticas sem o comprometimento da prestação jurisdicional e da missão institucional. Encontra respaldo na alínea d.1.2, do item 2.6, do anexo V da Instrução Normativa nº 05/2017. Não é possível, por conseguinte, estabelecer metas de quantidades de atendimentos a serem realizados, pois estes dependem da necessidade e solicitação do público alvo e não da ação direta do profissional.

1. **DO HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços objeto desta contratação serão prestados de segunda a sexta-feira, respeitadas as normas trabalhistas, na forma que segue:
      1. Os vigilantes prestarão serviço de segunda a sexta-feira, em horário compreendido entre as 7h e às 18h, a ser estipulado pelo TRT, em função de sua necessidade, observado o limite de 44 horas semanais, com horário de almoço indenizado, conforme cláusula 31ª, § 2º da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/19/20 e art. 71, § 4º, da CLT;
   2. Em razão do sábado não ser trabalhado, poderá haver compensação durante os dias de semana, na forma prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou, ainda, se inexistente aquelas, por acordo individual desde que não atente contra a legislação vigente.
   3. Nos limites da norma de regência, cabe à CONTRATADA distribuir e fiscalizar a jornada de seus empregados, conforme prévia e hábil comunicação do CONTRATANTE.
   4. Os dias trabalhados dos postos de trabalho 44h semanais dos vigilantes foram calculados na planilha conforme dias úteis da Justiça do Trabalho:
   5. O recesso forense, compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro são considerados como dias úteis.
   6. Em dias específicos, em razão de decisão do CONTRATANTE, poderá haver suspensão ou redução do horário de funcionamento dos postos de trabalho.
2. **DOS CONTROLES DE FREQUÊNCIA**
   1. A frequência dos empregados será controlada pelo(a) supervisor(a) ou preposto(a) da CONTRATADA, que deverá adotar providências para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
   2. As ausências dos empregados nos postos de trabalho não supridas por outro profissional, no prazo estabelecido em contrato, serão descontadas do faturamento mensal no valor correspondente ao número de horas ou dias em que se verificar a ausência do profissional no posto de trabalho, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas no contrato.
3. **DAS SUBSTITUIÇÕES** 
   1. Em caso de ausência de empregado a CONTRATADA terá o prazo de 02 (duas) horas para enviar um substituto aceito pelo CONTRATANTE. Na hipótese de não ser enviado substituto ou deste não ser aceito pelo CONTRATANTE, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou dias não atendidos, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais.
   2. O substituto indicado pela CONTRATADA deverá comprovar o atendimento dos requisitos exigidos para o posto de trabalho, bem como apresentar os documentos e exames determinados neste Termo de Referência, facultando-se ao CONTRATANTE recusar o substituto no caso de não atendimento dessas exigências.
   3. Para empregado cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à qualidade ou à técnica dos serviços contratados, poderá o CONTRATANTE solicitar, formalmente e por escrito, a substituição daquele empregado, a ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação.
   4. O empregado substituído na forma do item anterior não poderá mais, sob hipótese alguma, voltar a prestar serviço ao CONTRATANTE.
   5. A simples substituição de empregado não isenta a CONTRATADA de eventuais penalidades cabíveis ou de reparar eventual dano causado ao CONTRATANTE pela ausência verificada.
4. **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES** 
   1. Os serviços objeto desta contratação deverão ser executados obedecendo às técnicas apropriadas por meio de empregado qualificado, de forma a manter o perfeito desempenho das atividades, sem prejuízo das atribuições descritas no Código Brasileiro de Ocupações - CBO, para o cargo de vigilante, conforme exemplificados abaixo:
   2. Estar devidamente trajado com uniforme fornecido pela contratada e portando as armas permitidas legalmente;
   3. Não permitir a entrada de pessoas estranhas ao serviço, fora do horário de expediente, exceto nos casos em que haja autorização expressa por parte do Fiscal local;
   4. Controlar a entrada de terceirizados (anotando o nome e horário de entrada e saída) desde que estejam devidamente identificados (crachá ou carteira funcional) e desde que haja autorização expressa por parte do Fiscal local;
   5. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas, bem como as que entenderem oportunas;
   6. Proibir a aglomeração de pessoas próximo ao posto, comunicando o fato ao Fiscal local, no caso de desobediência;
   7. Proibir a utilização do posto para guardar objetos estranhos ao local (bens de servidores, empregados ou terceiros);
   8. Manter-se no posto não se afastando de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;
   9. Relatar por escrito, em livro próprio de registro diário, toda e qualquer irregularidade observada nos postos;
   10. Utilizar-se da arma de fogo em conformidade com a legislação vigente seu poder somente quando em observância às normas de regência.
   11. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial no posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.
   12. Comportar-se de forma adequada, condizente com as atribuições.
   13. A fiscalização do CONTRATANTE não permitirá que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas no subitem acima.
5. **DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO PROFISSIONAL**
   1. Os empregados designados para prestarem os serviços deverão atender, no mínimo, os seguintes requisitos:
      1. Ser Brasileiro;
      2. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
      3. Ter Instrução Mínima correspondente à 4ª Série do 1º Grau (Ensino Fundamental);
      4. Ter sido aprovado em Curso de Formação de Vigilante;
      5. Ter sido aprovado em Exame de Saúde Física, Mental e Psicotécnico;
      6. Não possuir Antecedentes Criminais Registrados;
      7. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.
      8. Possuir autorização de porte de arma expedida pelo Departamento da Polícia Federal;
   2. A comprovação dos requisitos exigidos no subitem anterior deverá ser feita mediante a apresentação, à fiscalização do CONTRATANTE, dos documentos comprobatórios originais, fotocópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos respectivos originais.
   3. Sempre que houver a substituição de empregados a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do CONTRATANTE a documentação exigida no item 13.1, relativamente ao novo empregado prestador do serviço.
6. **DOS UNIFORMES**
   1. A CONTRATADA fornecerá uniformes de acordo com as especificações, quantidades e periodicidade seguintes:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PERÍODO 44h SEMANAIS** | | | | |
|  |  | **Unidade** | **Qtd.** | **Vida Útil (meses)** |
|  | Calça | Peça | 2 | 6 |
|  | Camisa | Peça | 3 | 6 |
|  | Meia | Par | 3 | 6 |
|  | Gravata | Peça | 1 | 12 |
|  | Sapato | Par | 2 | 12 |
|  | Cinto de nylon com fivela | Peça | 1 | 12 |
|  | Distintivo tipo broche | Peça | 1 | 12 |
|  | Boné com emblema | Peça | 1 | 12 |
|  | Jaqueta de frio ou japona | Peça | 1 | 12 |
|  | Crachá | Peça | 1 | 12 |

* 1. Um conjunto completo deverá ser entregue a cada empregado, de acordo com cada tipo de jornada, conforme especificações acima, devendo a CONTRATADA repor na mesma quantidade a cada período de vida útil.
  2. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada ao seu empregado vinculado ao Contrato, devem ser novos e condizentes com a atividade a ser desempenhada, custeados sem qualquer repasse ao empregado.
  3. Nos uniformes deverão constar, somente:
* Razão social ou nome fantasia da empresa;
* Logotipo da prestadora de serviço se for o caso.
  1. As peças do uniforme devem ser novas, apropriadas ao manequim do usuário e à atividade ser desempenhada e em bom nível de qualidade, resguardado o direito de o CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação ou às especificações deste instrumento.
  2. Todos os modelos de uniforme deverão ter corte adequados para cada profissional, seguindo padrões de boa qualidade e de apresentação exigidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar as devidas adaptações, quando necessárias, inclusive quanto às empregadas gestantes, que deverão ter seus uniformes substituídos sempre que necessário
  3. A distribuição dos uniformes será feita em dia único para todas as categorias, não podendo a CONTRATADA, em hipótese alguma, substituir a entrega de qualquer das peças que compõe o conjunto de uniforme por pecúnia.
  4. A CONTRATADA arcará com os custos de ajustes das peças e com a logística necessária para o correto fornecimento.
  5. Quando do fornecimento dos uniformes, a entrega deverá ser realizada nas dependências do CONTRATANTE, mediante recibo do empregado e na presença do fiscal setorial do contrato.
  6. A CONTRATADA deverá orientar seus empregados quanto à responsabilidade pelo zelo e conservação do uniforme, exigindo que este esteja sempre limpo e apresentável.
  7. No caso de substituição de empregado, a CONTRATADA deverá apresentar com os documentos da contratação do empregado o recibo de entrega de uniforme novo. A CONTRATADA deverá entregar à Fiscalização do Contrato, até 20 (vinte) dias após o início dos serviços, cópia do recibo de entrega dos uniformes e, posteriormente, a cada 6 (seis) ou 12 (doze) meses conforme o item do uniforme.
  8. A CONTRATADA deverá fornecer o mesmo quantitativo de uniformes a cada posto de trabalho ocupado no decorrer da execução dos serviços.
  9. A CONTRATADA deverá fornecer a cada empregado um crachá de identificação, de uso obrigatório, em conformidade com o inciso III, do § 1, do art. 149, da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF de 10 de dezembro de 2012.
  10. A CONTRATADA deverá substituir, às suas expensas, o crachá em caso de defeito, inutilização ou impossibilidade de correta identificação do empregado e ao final da validade.

1. **DOS MATERIAS**
   1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais e insumos necessários para a execução dos serviços, nas quantidades estimadas relacionadas no Anexo I, de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando necessário, sua reposição.
   2. Os materiais, cujo recebimento deverá ser acompanhado pela Fiscalização, deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização.
   3. A empresa CONTRATADA arcará com o ônus de todos os materiais necessários para os serviços, fornecendo, permanentemente, nas quantidades estimadas, com a frequência que as circunstâncias os exigirem, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I deste Termo de Referência.
   4. Os custos decorrentes da aquisição dos materiais para execução dos serviços, relacionados no Anexo I, deverão ser demonstrados na ocasião da apresentação das propostas, de acordo com exigências estabelecidas pelo CONTRATANTE
2. **DOS EQUIPAMENTOS** 
   1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos necessários à execução dos serviços, nas quantidades estimadas relacionadas no Anexo I, de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando necessário, sua reposição para mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações em geral.
   2. A CONTRATADA, no início dos serviços ou em caso de substituição, entregará para avaliação e aprovação da Fiscalização do local da prestação do serviço a relação com descrição dos equipamentos a serem utilizados.
   3. Fica vedado à CONTRATADA recorrer a setores ou servidores do CONTRATANTE para efetuar reparos ou consertos em equipamentos de sua propriedade, devendo substituir qualquer equipamento julgado inadequado ou ineficiente para realização dos serviços.
   4. A empresa CONTRATADA arcará com o ônus de todos os equipamentos necessários para os serviços, conforme quantitativos constantes do Anexo I deste Termo de Referência.
3. **DOS DEVERES DO CONTRATANTE**
   1. Cabe ao CONTRATANTE
      1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada;
      2. Exercer a gestão e fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidores devidamente designados para tanto.
      3. Cientificar a CONTRATADA sobre as normas internas vigentes, em especial as de segurança e transporte.
      4. Verificar a qualificação dos profissionais indicados pela CONTRATADA quando do início da prestação dos serviços, podendo exigir a imediata substituição daqueles que não atenderem aos requisitos estabelecidos em Contrato.
      5. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências e equipamentos necessários para a execução dos serviços.
      6. Disponibilizar aos empregados da CONTRATADA local para a troca de uniforme e alimentação.
      7. Disponibilizar instalações sanitárias aos empregados da CONTRATADA.
      8. Comunicar oficialmente a CONTRATADA acerca da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no cumprimento do Contrato, bem como exigir sua pronta regularização;
      9. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.
      10. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA considerado inadequado ou não qualificado para a execução dos serviços contratados.
      11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato.
      12. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto da contratação, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seus empregados ou prepostos.
      13. Fiscalizar, durante o período da contratação, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS dos empregados da CONTRATADA alocados na prestação do serviço contratado.
      14. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis em sendo constatada a inobservância ou o descumprimento de obrigações contratuais e legais.
4. **DEVERES DA CONTRATADA**
   1. Incumbe à CONTRATADA
      1. Cumprir integralmente as obrigações contratuais e legais relativas à contratação, com emprego de pessoal habilitado, observado o quantitativo e a qualificação mínima exigidas e bem assim a carga horária semanal contratada.
      2. Instalar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início do contrato, escritório no município de Campo Grande-MS, caso não exista.
      3. Manter um preposto para representá-la administrativamente, não sendo admitida a indicação de vigilante alocado em uma das localidades.
      4. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas nesta contratação.
      5. Acatar a fiscalização dos serviços contratados, levada a efeito por pessoa(s) devidamente credenciada(s) para tal fim pelo CONTRATANTE e atender às solicitações imediatamente.
      6. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados, bem como adotar as medidas necessárias ao atendimento de todas as demandas relacionadas ao objeto do contrato e à legislação vigente.
      7. Apresentar faturas mensais dos serviços efetivamente executados discriminando as parcelas correspondentes à mão de obra.
      8. Informar, por escrito (em papel), qualquer alteração em seu endereço, telefone ou e-mail, sob pena de se considerar válida e eficaz a correspondência enviada ao último endereço informado oficialmente e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do primeiro dia útil subsequente à sua devolução.
      9. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo CONTRATANTE, os vínculos empregatícios mantidos com seus empregados, bem como o efetivo pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de FGTS correspondentes.
      10. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e de imediato, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços.
      11. Atender prontamente as observações e exigências do CONTRATANTE, prestando os esclarecimentos necessários.
      12. Cuidar da disciplina, controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados.
      13. Efetuar a reposição ou substituição dos profissionais nos postos, dando o necessário conhecimento à Fiscalização do CONTRATANTE.
      14. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados à prestação dos serviços, para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.
      15. Fornecer gratuitamente ao empregado uniforme e crachá de identificação, conforme subitem 14.14. e diligenciar para que o empregado apresente-se ao trabalho devidamente uniformizado e identificado.
      16. Instruir os seus empregados sobre a necessidade de observar e cumprir as normas internas e de segurança do CONTRATANTE.
      17. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
      18. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência.
      19. Obedecer as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria do Trabalho. (Em conformidade com o item 5.2.1 “a” do Guia de Contratações Sustentáveis da JT)
      20. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 da Secretaria do Trabalho. (Em conformidade com o item 5.2.1 “b” do Guia de Contratações Sustentáveis da JT)
      21. Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras da Secretaria do Trabalho. (Em conformidade com o item 5.2.1 “c” do Guia de Contratações Sustentáveis da JT)
      22. Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras da Secretaria do Trabalho. (Em conformidade com o item 5.2.1 “d” do Guia de Contratações Sustentáveis da JT)
      23. Promover a capacitação em saúde e segurança no trabalho, dos empregados alocados à execução do serviço contratado, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, de acordo com a Resolução CSJT nº 98, de 20 de abril de 2012. (Em conformidade com o item 5.2.1 “e” do Guia de Contratações Sustentáveis da JT)
      24. Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do CONTRATANTE. (Em conformidade com o item 5.2.1 “f” do Guia de Contratações Sustentáveis da JT)
      25. Observar os prazos legais e regulamentares na entrega aos seus empregados dos vales-transporte e vales-refeição.
      26. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimentos fundiários e previdenciários sempre que solicitado pela fiscalização.
      27. Permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e, quando solicitado, aos documentos dos empregados alocados à execução do serviço contratado.
      28. Orientar seus empregados a não abordar autoridades e servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da Comissão de Fiscalização.
      29. Proibir a utilização dos telefones do CONTRATANTE sob sua responsabilidade, para ligações locais e interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço.
      30. Proibir que seus empregados executem quaisquer outras atividades estranhas aos serviços contratados, durante o horário em que estiverem prestando os serviços.
      31. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-transporte, vales-refeição, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação ou pelo Poder Público.
      32. Responder integralmente por todos os créditos devidos aos seus empregados decorrentes do vínculo do emprego, seja qual for a natureza, tais como: encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciários, seguro de acidentes ou obrigações decorrentes da legislação específica de acidentes de trabalho, impostos, encargos oriundos de demandas trabalhista, civil ou penal e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com o TRT da 24ª Região.
      33. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou do seu preposto ou empregado, ou infrações à legislação penal em vigor, respondendo por todos e quaisquer danos resultantes de atos ou omissões que vierem a causar a outrem, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
      34. Solicitar reuniões com o CONTRATANTE visando o aperfeiçoamento das ações ou proposição de novas soluções relacionadas à prestação de serviços.
      35. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, assim como o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as contribuições previdenciárias foram recolhidas.
      36. Orientar seus empregados, quanto às suas obrigações e atribuições, descritas neste Termo de Referência.
      37. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
      38. **Dar efetividade às medidas de biossegurança regulamentadas pelo CONTRATANTE, inclusive no controle de fluxo de pessoas nas unidades, aferição de temperatura, controle do distanciamento social e uso de máscaras, dentre outras ações que venham a ser adotadas pelo CONTRATANTE ou pelas autoridades públicas sanitárias ou de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19.**
      39. O atraso no pagamento de fatura por parte do CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.
      40. O não pagamento do salário, vale-transporte e auxílio alimentação dos empregados, no dia estabelecido, bem como, o não recolhimento do FGTS e das contribuições sociais e previdenciárias, será considerado falta grave, caracterizando falha na execução contratual, o que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária elevada, e à declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520/2002.
      41. Com exceção da comunicação de alteração de domicílio empresarial, que deverá ser realizada oficialmente por meio escrito (ofício), e com o intuito de facilitar o acesso e também para agilizar os procedimentos, faculta-se à CONTRATADA a possibilidade de informar as alterações de telefone e de e-mail com a utilização de meio eletrônico, por intermédio de e-mail, SMS ou WhatsApp a ser encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicado pelo Gestor ou Fiscal do contrato.
5. **DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA:**
   1. É expressamente vedado à CONTRATADA:
      1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
      2. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
      3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.
6. **DO PREPOSTO**
   1. Até a data de assinatura do contrato a CONTRATADA deverá indicar um preposto, mediante declaração que deverá contar o nome completo, documentos de identificação (RG e CPF), telefone e e-mail de contato, para representá-la administrativamente perante o CONTRATANTE.
   2. O preposto deverá apresentar-se ao servidor designado pelo CONTRATANTE para exercer o acompanhamento e a fiscalização, previamente à data indicada para a assinatura do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.
   3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos serviços executados e às faturas decorrentes, assim como para avaliar a qualidade dos serviços dos profissionais da CONTRATADA postos à disposição do CONTRATANTE.
   4. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança e medicina do trabalho.
   5. Incumbe ao preposto atender as demandas da gestão e/ou fiscalização do contrato, inclusive para apresentar documentos solicitados pelo CONTRATANTE.
   6. A comunicação oficial entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE será feita por escrito, preferencialmente por e-mail.
   7. O preposto deverá responder às solicitações do CONTRATANTE por e-mail no prazo máximo de 30 (trinta) minutos durante o horário comercial, ou até as 8h30 do próximo dia útil, no caso de comunicação fora do horário comercial.
   8. A fim de evitar falha na comunicação, a CONTRATADA deverá fornecer pelo menos 2 (dois) endereços de e-mail, ambos de provedores diferentes, sendo pelo menos um dos endereços de um serviço de e-mail de grande porte, notoriamente conhecido por manter o sistema sempre funcionando como, por exemplo, Microsoft Hotmail / Outlook, Google Gmail e Yahoo Mail.
   9. É responsabilidade da CONTRATADA se certificar de que os endereços eletrônicos estejam funcionando corretamente. Não será aceita alegação de que os sistemas de comunicação por correio eletrônico falharam, exceto se noticiado pelos meios de divulgação
7. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
   1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
   2. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal do Contrato. Ao final de cada período mensal, o Fiscal deverá apurar o resultado da execução do objeto para verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, bem como verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS.



* 1. Será elaborado relatório com registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual será encaminhado mensalmente ao **Gestor** do contrato para recebimento definitivo.
  2. O Fiscal do contrato analisará toda documentação apresentada pela CONTRATADA e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções, ou, se não houver irregularidades, comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal.
  3. A liquidação da nota fiscal dar-se-á pelo Gestor do contrato.

1. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), na Natureza de Despesa nº 349037.
2. **DO VALOR GLOBAL ESTIMADO**
   1. O valor total foi obtido a partir das planilhas estimadas de custo mensal médio, por 30 (trinta) meses integrais, totalizando **R$ 875.479,80** (oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), assim especificado:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Posto** | **Local do Posto de Trabalho** | **Tipo de Jornada de Trabalho / Período** | **Valor Mensal por Posto** | **Ocupantes por Postos** | **Valor Mensal Total** |
| 1 | Vigilante | Vara do Trabalho de Corumbá | 44 horas semanais / diurno | R$ 5.866,17 | 1 | R$ 5.866,17 |
| 2 | Vigilante | Vara do Trabalho de Ponta Porá | 44 horas semanais / diurno | R$ 5.869,10 | 1 | R$ 5.869,10 |
| 3 | Vigilante | Vara do Trabalho de Mundo Novo | 44 horas semanais / diurno | R$ 5.732,82 | 1 | R$ 5.732,82 |
| 4 | Vigilante | Fórum Trabalhista de Três Lagoas | 44 horas semanais / diurno | R$ 5.860,22 | 1 | R$ 5.860,22 |
| 5 | Vigilante | Fórum Trabalhista de Dourados | 44 horas semanais / diurno | R$ 5.854,35 | 1 | R$ 5.854,35 |
| **Valor mensal total** | | | | | | R$ 29.182,66 |
| **Valor global estimado (30 meses)** | | | | | | R$ 875.479,80 |

\* Os valores foram obtidos a partir da planilha de custos e formação de preços.

* 1. Os salários e benefícios relativos ao posto de serviço deverão estar em conformidade com os valores praticados no mercado, com instrumentos de negociação coletiva vigentes.
  2. O orçamento para os insumos necessários à realização dos serviços é resultado de planilhas estimada dos produtos.

1. **DO PAGAMENTO**
   1. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, notas fiscais/faturas dos serviços, emitidas e entregues no CONTRATANTE, para fins de liquidação e pagamento.
   2. O pagamento mensal pelo CONTRATANTE somente ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pela CONTRATADA, relativas ao empregado que tenha participado da execução dos serviços contratados, relativas às ocorrências do mês de cada fato, exigíveis até a data prevista no subitem anterior.
   3. Para a verificação das obrigações a que se refere o item anterior a CONTRATADA deverá apresentar documentos que comprovem:
      1. Pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
      2. Concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
      3. Concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
      4. Depósitos do FGTS; e
      5. Pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias do empregado dispensado até a data da extinção do contrato.
   4. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, de que trata o item anterior, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.
   5. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da comunicação de que trata o item anterior, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente ao empregado da CONTRATADA que tenha participado da execução dos serviços contratados.
   6. O pagamento direto ao empregado, caso ocorra, não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e o empregado da CONTRATADA.
   7. Os pagamentos serão efetuados mensalmente por meio do documento OB-Ordem Bancária, do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, enviado ao Banco do Brasil, instituição bancária responsável pela operacionalização do pagamento de valores dos órgãos federais, para crédito na conta indicada pela CONTRATADA, a qual deverá, obrigatoriamente, ser de sua titularidade, no prazo de até 10 (dez) dias após a liquidação das notas fiscais/faturas, referentes à prestação dos serviços.
   8. O Gestor deverá providenciar a liquidação da nota fiscal/fatura e encaminhar ao Setor responsável em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no item anterior.
   9. Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente após sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o Contratante, inclusive moratório.
   10. Quando cabível, sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos (PIS/PASEP), conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
   11. Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para não sofrer a retenção na fonte dos valores mencionados no subitem anterior, deverá apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, a declaração de opção pelo SIMPLES, conforme disposição legal.
   12. Também será objeto de retenção, na fonte, a contribuição previdenciária na forma da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
   13. Quando cabível também será retido na fonte o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal sobre o tema.
   14. Será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta-depósito vinculada, na forma estabelecida no inciso III, do art. 17 da Resolução CNJ nº 169, de 31.1.013, o valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-corrente, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.
   15. No caso de atraso de pagamento das verbas trabalhistas, com mora superior a 10 (dez) dias consecutivos pela CONTRATADA, fica autorizado o CONTRATANTE a utilizar os valores da fatura mensal para efetuar o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, sem prejuízo do abatimento e/ou retenção dos créditos devidos à CONTRATADA e bem assim das responsabilidades contratuais e legais destas, decorrentes de sua inadimplência, sem que de qualquer forma fique caracterizada contratação direta de mão de obra pelo CONTRATANTE.
   16. Serão retidos da CONTRATADA, quando da rescisão contratual, a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, até a comprovação do pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, conforme previsto na alínea “c” do subitem 1.2 do Anexo VII-B, da IN 05/2017, observada a legislação que rege a matéria.
   17. O CONTRANTE não se vincula às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. De igual modo é vedado ao CONTRATANTE vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública
2. **DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**
   1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, ocasionados por negligência por parte do TRT24, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja motivo de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

|  |
| --- |
| **I = (TX/100)**  **365** |
| **EM = I x N x VP** |

**Onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

1. **DO REAJUSTE DOS PREÇOS**
   1. A pedido da CONTRATADA, poderá haver reajustamento anual dos preços para as parcelas do contrato não abrangidas na repactuação, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, estando a sua aplicação regida pela legislação em vigor, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta.
   2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro reajuste efetuado, o interregno de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do reajuste anterior.
   3. A CONTRATADA deverá, por ocasião de sua manifestação pela prorrogação do contrato e sob pena de preclusão, também manifestar-se pelo reajuste dos preços das parcelas não abrangidas pela repactuação.
   4. Os efeitos financeiros do reajuste incidirão a partir do mês da apresentação da solicitação pela CONTRATADA, aplicado o índice de reajuste acumulado dos 12 (doze) meses anteriores ao pedido e observados os limites temporais a que se referem os itens 26.2 e 26.3.
2. **DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO** 
   1. Será permitida a repactuação do valor contratual, mediante a solicitação da CONTRATADA, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir:
      1. Da data limite para a apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, e dos salários dos profissionais não previstos em convenção coletiva, ou;
      2. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.
   2. A repactuação de preços da mão de obra será efetuada com base nos acordos ou convenções coletivas de trabalho adotados para elaboração da proposta do licitante, sentença normativa ou lei.
   3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
   4. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no subitem 27.1, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.
   5. A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento de custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços referida no edital.
   6. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus à variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do aumento dos custos, considerando-se:
      1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública;
      2. Indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas, tabelas de fabricantes ou outros equivalentes;
      3. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
      4. As particularidades do contrato em vigência;
      5. A disponibilidade orçamentária do CONTRATANTE.
   7. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
   8. Os componentes de custos apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços, por ocasião da licitação, serão referências para a análise da repactuação. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
   9. O prazo limite para o exercício do direito de repactuação deve ser exercido até a data da prorrogação contratual subsequente. Caso a CONTRATADA não exerça de forma tempestiva o direito à repactuação no prazo estabelecido e, por via de consequência, seja firmado aditamento de prorrogação contratual sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá preclusão do seu direito a repactuar em relação ao último acordo, conforme entendimento constante do Acórdão TCU 1827/2008 – Plenário, D.O.U. de 29.8.2008 e §7º do art. 57 da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017.
   10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
       1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
       2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
       3. Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
   11. O CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas de trabalho que não tratem de matéria trabalhista tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
   12. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
   13. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   14. A CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.
3. **DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
   1. Será admitida a alteração do preço contratado, para fins de restabelecimento da relação pactuada inicialmente entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93.
   2. As eventuais solicitações deverão se fazer acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, mediante a comprovação dos preços praticados no mercado, devendo ser observada a vantagem financeira ofertada por ocasião da licitação.
   3. A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços referida no Anexo VI deste Termo de Referência.
4. **DA CONTA VINCULADA**
   1. Serão retidos da CONTRATADA, na ocasião do pagamento, e depositado em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, aberta em nome da CONTRATADA e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do CONTRATANTE, os custos relativos às provisões de pagamento mensal dos encargos trabalhistas relativas a férias e abono constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono constitucional de férias e 13º salário, conforme disposto nos artigos 4º e 9º da Resolução nº 169, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de 31 de janeiro de 2013, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 183, de 24.10.2013 e nº 248 de 24.5.2018
   2. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 3 (três) dias após assinatura do contrato, os documentos do responsável da empresa, necessários a abertura da conta depósito.
   3. Após a assinatura do contrato o CONTRATANTE, mediante ofício, solicitará ao banco conveniado a abertura de conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em nome da CONTRATADA que, no prazo de 20 (vinte) dias, deverá assinar perante o banco conveniado os documentos de abertura da conta e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do CONTRATANTE.
   4. O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas:
      1. Das férias;
      2. Abono de férias (1/3 constitucional);
      3. Gratificação natalina (13º salário);
      4. Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
      5. Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, abono de férias e 13º salário.
   5. Os valores provisionados na forma desta cláusula somente serão liberados para o ressarcimento das verbas de que trata e nas seguintes condições:
      1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário do empregado vinculado ao contrato, quando devido;
      2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição Federal, quando do gozo de férias pelo empregado vinculado ao contrato;
      3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º salário proporcional, férias proporcionais e a indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
      4. Ao final da vigência do contrato, para o ressarcimento do pagamento das verbas rescisórias.
   6. A CONTRATADA poderá solicitar ao CONTRATANTE o ressarcimento de valores referentes às despesas com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas no provisionamento previsto neste instrumento desde que comprovado tratar-se do empregado alocado pela CONTRATADA para a prestação dos serviços contratados;
   7. A CONTRATADA poderá solicitar autorização do CONTRATANTE para movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação -, diretamente para a conta-corrente do empregado alocado na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 29.4.
   8. Para resgatar os valores despendidos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a CONTRATADA, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do CONTRATANTE os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 29.4;
   9. O CONTRATANTE, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata o subitem anterior, encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.
   10. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, e a empresa contratada adotar o procedimento indicado no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários
   11. Na hipótese de cessação do contrato administrativo, e relativamente aos empregados que efetivamente atuaram na execução do contrato, a liberação do saldo existente na conta-depósito está condicionada à comprovação de que os empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e foram dispensados do quadro de pessoal da empresa receberam o pagamento das verbas trabalhistas devidas.
   12. Se depois de realizados os pagamentos das verbas trabalhistas dos empregados dispensados e que comprovadamente prestaram serviço ao CONTRATANTE, ainda houver saldo na conta-depósito, o valor deverá ser utilizado para pagamento dos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da CONTRATADA à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.
   13. Se após o pagamento dos empregados dispensados e dos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da CONTRATADA ainda restarem valores na conta-depósito, o saldo remanescente dos recursos depositados na referida conta-depósito será liberado à empresa com o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço prestado.
   14. Caso o banco conveniado cobre pela abertura, pela manutenção e movimentação da conta depósito vinculada, estas despesas (tarifas bancárias vigentes) deverão ser suportadas na taxa de administração constante da proposta comercial da CONTRATADA, devendo ser retido de seu pagamento mensal e depositado na referida conta para que o banco promova o débito automático dessas despesas. Para fins de cálculo estimativo, considerar:

* 1 (uma) tarifa por ocasião da abertura;
* 12 (doze) tarifas referentes aos depósitos mensais;
* 2 (duas) tarifas por ocasião do pagamento das parcelas do 13ª salário;
* “n” tarifas por ocasião de pagamento do adicional de férias, sendo “n” o número de funcionários; e
* “m” tarifas por ocasião de rescisão contratual, sendo “m” equivalente a 1/3 do número de funcionários, com 1 (uma) tarifa, no mínimo.
  1. O saldo da conta depósito vinculada será remunerado diariamente pelo índice oficial utilizado pelo Banco.

1. **DA GARANTIA DE CONTRATO**
   1. Para segurança da Administração Pública quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do total do contrato, limitada ao equivalente a dois meses do custo da folha de pagamento dos postos de trabalho, podendo essa optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
      1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
      2. Seguro garantia;
      3. Fiança bancária.
   2. A garantia destina-se a assegurar, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
      1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
      2. Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
      3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
      4. Quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
   3. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica, com correção monetária, na Caixa Econômica Federal e em favor do CONTRATANTE.
   4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois inteiros por cento) do valor do contrato.
   5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/ 93.
   6. A garantia deverá ter validade durante todo o período de execução do contrato além de, pelo menos, mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, conforme o disposto no subitem 3.1 do Anexo XII-F da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017
   7. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a renovação da garantia prestada, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o CONTRATANTE.
   8. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
   9. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
   10. Será considerada extinta a garantia:
       1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importância depositada em dinheiro, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
       2. No prazo de 3 (três) meses após o término da vigência, caso o CONTRANTE não comunique a ocorrência de sinistros.
   11. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
   12. A CONTRATADA autoriza, no momento da assinatura do contrato, o CONTRATANTE a utilizar a garantia para o pagamento de todas as verbas trabalhistas decorrentes da contratação, quando o pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, pela contratada, conforme estabelecido na Instrução Normativa 5, de 25.05.2017.
   13. Para as multas pecuniárias estabelecidas no item 34, a garantia contratual somente será utilizada nos casos em que não seja possível proceder à retenção de valor de pagamentos devidos à contratada. (incluído em decorrência do parecer jurídico com **relação** ao subitem 34.5)
2. **DAS HIPÓTESES DE RETENÇÃO DA GARANTIA E DE CRÉDITOS DA CONTRATADA**
   1. Quando da rescisão do contrato, o fiscal administrativo deve verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que o empregado será realocado em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
   2. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, o contratante deverá reter:
      1. A garantia contratual, conforme art. 56 da Lei nº 8.666/1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
      2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
   3. Na hipótese prevista no subitem 31.2.2, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação a que se referem os itens 24.4 e 24.5, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
   4. O CONTRATANTE poderá ainda:
      1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada conforme legislação que rege a matéria; e
      2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666/1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.
   5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
3. **DA FISCALIZAÇÃO**
   1. Em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.
   2. As atribuições do fiscal estão descritas na Seção V do Manual de Fiscalização do CONTRATANTE, regulamentado pela Portaria TRT/GP nº 226/2018, disponível aos interessados mediante solicitação.
   3. Tanto o gestor quanto o fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao fiscal o acompanhamento dos serviços prestados e ao gestor a liquidação das notas fiscais/faturas.
   4. Em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, os auxiliares do fiscal do contrato ficarão responsáveis pela emissão de declaração atestando as ocorrências e pelo imediato encaminhamento ao fiscal para as providências cabíveis.
   5. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades na execução dos serviços assumidos, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
   6. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE se reserva ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio de fiscais do contrato.
   7. O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária devendo comunicar o fato de imediato ao gestor do contrato.
   8. À fiscalização caberá, ainda, verificar periodicamente o cumprimento pela CONTRATADA das normas de segurança e medicina do trabalho.
   9. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela má execução da contratação.
4. **DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**
   1. A CONTRATADA deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o 30º (trigésimo) dia do início da execução do contrato, cópias autenticadas em cartório, ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber, dos seguintes documentos:
      1. Relação dos empregados contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, remuneração, benefícios adicionais e seu quantitativo, endereço residencial, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
      2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
      3. Exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;
      4. Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
      5. Programa de Prevenção a Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo elaborado e assinado por profissional habilitado e registrado;
      6. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo elaborado e assinado por profissional habilitado e registrado;
      7. Convenção ou acordo coletivo de trabalho aplicável, utilizado pela CONTRATADA para elaborar a sua proposta e acordo escrito, se houver, de realização e compensação de horas extras;
      8. Comprovante de atendimento aos requisitos profissionais do posto de trabalho de todos os empregados alocados na execução do contrato, se aplicável.
   2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o 30º (trigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços:
      1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
      2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;
      3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
      4. Certidão de regularidade do FGTS – CRF;
      5. Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.
   3. Para fins de acompanhamento mensal do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais, a CONTRATADA deve apresentar ao responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao da competência, cópias autenticadas em cartório, ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber, dos seguintes documentos dos empregados que prestam os serviços nas unidades do CONTRATANTE, relativo ao mês da prestação de serviços referente a nota fiscal/fatura que está sendo paga pelo CONTRATANTE:
      1. Comprovante de pagamento de salários mediante apresentação de folha de pagamento específica ou contracheques assinados pelos empregados, em que conste como tomador o CONTRATANTE, acompanhada de cópias dos recibos de depósitos bancários;
      2. Comprovante de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho;
      3. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado a critério do CONTRATANTE, assim como GFIP específica, em que conste como tomador o CONTRATANTE;
      4. Cartões de ponto dos empregados, devidamente assinados;
      5. Recibo de concessão do aviso de férias (antes do respectivo gozo) acompanhado da apresentação dos documentos do empregado substituto;
      6. Comprovante do pagamento do abono de férias;
      7. Comprovante do pagamento do 13º salário (1ª e 2ª parcelas);
      8. Regulamento interno do CONTRATANTE, se houver, bem como do acordo ou da convenção coletiva de trabalho, ou ainda, do acórdão normativo proferido pela Justiça do Trabalho, se for o caso, relativos à categoria profissional a que pertence o trabalhador, sempre que houver alteração;
      9. Comprovante da realização de capacitação em saúde e segurança no trabalho ou de quaisquer cursos, treinamentos ou reciclagens que forem exigidos por lei , por acordo ou convenção coletiva de trabalho ou por contrato;
      10. Exames médicos periódicos, de retorno ao trabalho e de mudança de função, dos empregados da CONTRATADA que prestam os serviços, de acordo com o previsto no Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO);
      11. Declaração de cumprimento das obrigações contratuais.
   4. A documentação relativa ao último mês da prestação dos serviços, quando da extinção ou rescisão do contrato, deverá estar acompanhada de cópias autenticadas em cartório, ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber, dos seguintes documentos:
      1. Os documentos descritos no subitem 33.3, relativos ao último mês da prestação dos serviços;
      2. Notificação de aviso prévio aos empregados dispensados;
      3. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados dispensados, devidamente homologados, quando exigível, pelo sindicato da categoria;
      4. Comprovantes de pagamento das verbas rescisórias;
      5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados;
      6. CTPS dos empregados dispensados;
      7. Guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
      8. Extrato dos depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado.
   5. Na ocorrência de dúvida ou inconsistência em relação à documentação apresentadas a CONTRATADA terá o prazo de 7 (sete) dias consecutivos, contados a partir do recebimento de notificação pelo CONTRATANTE, para apresentar os devidos esclarecimentos ou documentos faltantes.
   6. Quando do recebimento da documentação, o responsável pela fiscalização do contrato deverá registrar a data de recebimento e assinar.
   7. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, deverão ser apresentados, em relação a estes, os documentos elencados no subitem 33.1.
   8. O descumprimento das obrigações trabalhistas, inclusive quanto ao não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, assim como a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais, e da declaração de impedimento de licitar e contratar com a União nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
   9. O CONTRATANTE poderá conceder prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.
5. **DAS PENALIDADES**
   1. A inexecução total ou parcial do objeto desta contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, a imposição das seguintes sanções:
      1. Advertência, nos casos em que não caiba aplicação de penalidade pecuniária;
      2. Multa de até 15% (quinze por cento) do valor mensal do contato (independentemente do valor da fatura), em caso de inexecução parcial da obrigação assumida, conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo;
      3. Multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, em caso de inexecução total do contrato;
      4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019.
   2. O somatório de todas as penalidades aplicadas, conforme tabelas 1 e 2 abaixo, não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato

Tabela 1

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,1 % do valor mensal do CONTRATO\* |
| 2 | 0,2 % do valor mensal do CONTRATO\* |
| 3 | 0,4 % do valor mensal do CONTRATO\* |
| 4 | 0,7 % do valor mensal do CONTRATO\* |
| 5 | 1,0 % do valor mensal do CONTRATO\* |

Tabela 2

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | | | |
|  | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** | | **INCIDÊNCIA** |
| 1 | Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá. | 1 | | Por empregado ou por ocorrência |
| 2 | Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços. | 1 | | Por empregado e por dia |
| 3 | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar. | 2 | | Por ocorrência |
| 4 | Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material. | 2 | | Por ocorrência |
| 5 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 6 | | Por dia e por posto |
| 6 | Recusar-se, sem motivo justificado, a executar serviço determinado pela fiscalização. | 5 | | Por ocorrência |
| 7 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. | 6 | | Por ocorrência |
| 8 | Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável. | 1 | | Por item e por ocorrência |
| 9 | Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE. | 4 | | Por empregado e por ocorrência |
| **PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:** | | | | |
| 10 | Efetuar o pagamento de seguro, encargo fiscal e social, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato | 5 | Por dia | |
| 11 | Efetuar o pagamento dos salários nas datas avençadas; | 4 | Por dia | |
| 12 | Entregar vales-transporte e/ou vales-refeição nas datas avençadas; | 4 | Por dia | |
| 13 | Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização; | 3 | Por item e por ocorrência | |
| 14 | Indicar nome do empregado substituto e da respectiva documentação pertinente; | 3 | Por empregado e por dia | |
| 15 | Comprovar o pagamento da multa relativa ao atraso no pagamento de salários mensais do empregado; | 2 | Por empregado | |
| 16 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador; | 2 | Por ocorrência | |
| 17 | Efetuar a reposição de empregado faltoso; | 2 | Por empregado e por dia | |
| 18 | Entregar os documentos mensais, até o 30º dia subsequente ao mês da prestação do serviço; | 2 | Por ocorrência e por dia | |
| 19 | Substituir empregado em caso dele descumprir as regras legais ou verificado que sua permanência, atuação ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços; | 2 | Por empregado e por dia | |
| 20 | Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; | 1 | Por ocorrência | |
| 21 | Descumprir quaisquer prazos não inclusos nesta tabela; | 1 | Por dia ou por hora | |
| 22 | Entregar os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação mensal do empregado | 1 | Por ocorrência e por dia | |
| 23 | Registrar, controlar e informar à Contratada a ausência e a impontualidade de seu empregado | 1 | Por empregado e por dia | |

* 1. A aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses intercalados, ensejam a abertura de procedimento administrativo com vistas à rescisão unilateral do contrato e aplicação das penalidades cabíveis hipóteses em que imposição de penalidades à CONTRATADA não a exime de manter os serviços até o início da execução do novo contrato. A contratada deverá manter os serviços até o início da execução do novo contrato.
  2. As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.
  3. O valor resultante da aplicação de multas, que serão independentes e cumulativas, será retido do pagamento e concedido prazo para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 87, § 2º e 109, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.
  4. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso, e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a GRU (Guia de Recolhimento da União) para o recolhimento, por parte da CONTRATADA, à conta do Tesouro Nacional.
  5. A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação das penalidades aplicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica do CONTRATANTE (opção “Transparência”) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme o art. 43, do Decreto nº 8.420/15.
  6. A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.
  7. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

1. **DAS DEFESAS E DOS RECURSOS**
   1. As defesas e os recursos contra punições impostas à contratada serão regidos pelos artigos 79, 87, 109 e 110 da Lei nº 8.666/1993, e poderão ser enviados por e-mail, exclusivamente ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo da apresentação dos originais no prazo legal estabelecido.
   2. A apresentação de defesa prévia e recurso administrativo com a utilização de e-mail não exime a CONTRATADA de enviar os originais (em papel), no prazo de até 5 (cinco) dias depois do término do prazo legal.
   3. O não envio dos originais no prazo estipulado, ou o envio de originais distintos daqueles apresentados por email, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.
2. **DOS AUMENTOS E DAS REDUÇÕES**
   1. Fica assegurada à autoridade competente do contratante aumentar ou reduzir a quantidade prefixada, observados os limites estabelecidos no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
3. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
   1. A participação nesta Contratação implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
   2. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.
   3. O TRT da 24ª Região fica expressamente autorizado a reter, cautelarmente, ao final do contrato, os valores das faturas para o pagamento de contribuições sociais, FGTS e demais verbas trabalhistas, extrajudicialmente e/ou por meio do Judiciário Trabalhista.
   4. A execução completa do contrato somente acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.

Campo Grande-MS, 01 de abril de 2020.

Edson Kodi Fushiguro

Equipe de Planejamento

Pompílio de Oliveira Prado

Equipe de Planejamento

Keyne Augusto Keller Rizzo

Equipe de Planejamento

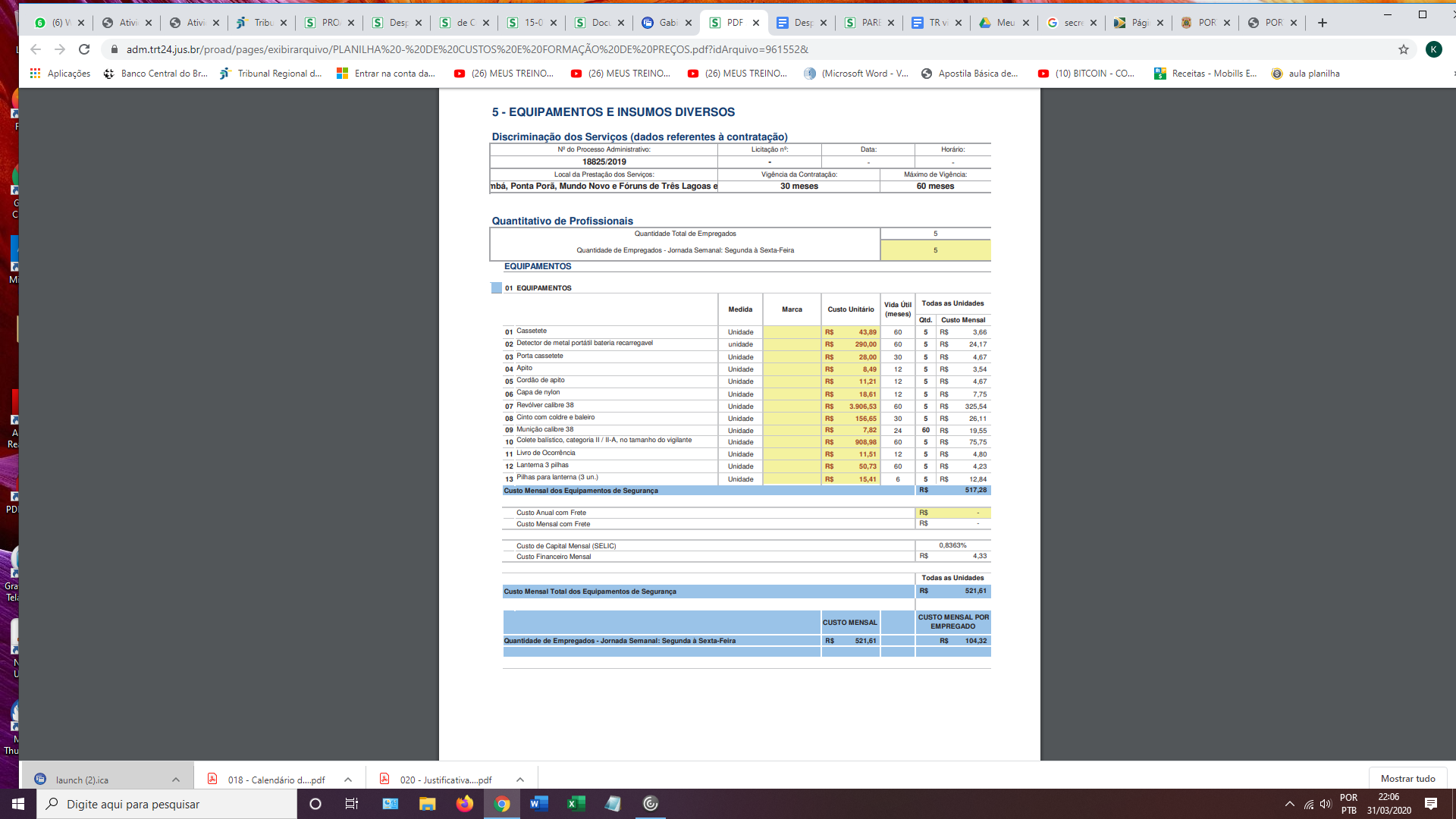
Aprovado por:

Gerson Martins de Oliveira

Secretário Administrativo

**ANEXO I**

**TABELA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**



\*Preços pela Planilha de Custos e Formação de Preços

**ANEXO II**

**TABELA COM OS PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Percentuais para Contingenciamento de Encargos Trabalhistas** | | | | |
| **Título** | **Risco Acidente do Trabalho** | | | **SIMPLES** |
| **1%** | **2%** | **3%** |
| **34,80%** | **35,80%** | **36,80%** | **28,00%** |
| 13º SALÁRIO | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 |
| Férias | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 |
| Abono de Férias | 2,78 | 2,78 | 2,78 | 2,78 |
| **Subtotal** | **19,44** | **19,44** | **19,44** | **19,44** |
| Incidência Grupo A | 6,77 | 6,96 | 7,15 | 5,44 |
| Multa FGTS | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 |
| **Total** | **29,81** | **30,00** | **30,19** | **28,48** |

**OBSERVAÇÕES**

- Multa FGTS – Rescisão sem Justa Causa – A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, determina multa de 50%, mas volta o depósito para 8,00%. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90,00% remanescentes. Dessa forma, a provisão corresponde a: 8,00 x 0,5 x 0,9 = 3,60%, conforme estudo realizado pelo Supremo Tribunal Federal.

**ANEXO III**

**TABELA COM OS PERCENTUAIS MÁXIMOS PARA OS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS A SER ADMITIDO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **1%** | **2%** | **3%** | **SIMPLES** |
| ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS | 34,80 | 35,80 | 36,80 | 28,00 |
| 01 – INSS | 20,00 | 20,00 | 20,00 | 20,00 |
| 02 – SESI ou SESC | 1,50 | 1,50 | 1,50 |  |
| 03 – SENAI ou SENAC | 1,00 | 1,00 | 1,00 |  |
| 04 – INCRA | 0,20 | 0,20 | 0,20 |  |
| 05 – Salário Educação | 2,50 | 2,50 | 2,50 |  |
| 06 – FGTS | 8,00 | 8,00 | 8,00 | 8,00 |
| 07 – Seguro Acidente de Trabalho | 1,00 | 2,00 | 3,00 |  |
| 08 – SEBRAE | 0,60 | 0,60 | 0,60 |  |
| 13º SALÁRIO E FÉRIAS | 11,11 | 11,11 | 11,11 | 11,11 |
| 09 – 13~~º~~ Salário | 8,33 | 8,33 | 8,33 | 8,33 |
| 10 – Férias | 2,78 | 2,78 | 2,78 | 2,78 |
| AFASTAMENTO MATERNIDADE | 0,13 | 0,13 | 0,13 | 1,00 |
| 11 – Afastamento Maternidade | 0,13 | 0,13 | 0,13 | 1,00 |
| PROVISÃO PARA RESCISÃO | 6,95 | 6,95 | 6,95 | 6,93 |
| 12 – Aviso Prévio Indenizado | 2,88 | 2,88 | 2,88 | 2,39 |
| 13 – Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 2,00 |
| 14 – Aviso Prévio Trabalhado | 0,07 | 0,07 | 0,07 | 0,54 |
| 15 – Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 0,40 | 0,40 | 0,40 | 2,00 |
| CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE | 12,55 | 12,55 | 12,55 | 11,04 |
| 16 – Férias | 10,09 | 10,09 | 10,09 | 9,94 |
| 17 – Ausências Legais | 2,46 | 2,46 | 2,46 | 1,10 |
| **Total de Encargos (Mensais)** | **65,54** | **66,54** | **67,54** | **58,08** |

Obs.: As alíquotas constantes desta tabela poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, mediante a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), de acordo com a previsão contida nas informações quanto aos encargos sociais (Item 3 do Anexo II deste Termo de Referência).

**ANEXO IV**

Texto compilado a partir da redação dada pelas Resoluções nº 183/2013, nº 248/2018 e nº 301/2019.

**RESOLUÇÃO Nº 169, DE 31 DE JANEIRO DE 2013**

Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ**), no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** a decisão plenária tomada no julgamento do Processo nº 0006358-88.2012.2.00.0000, na 161ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a Administração Pública manter rigoroso controle das despesas contratadas e assegurar o pagamento das obrigações trabalhistas de empregados alocados na execução de contratos quando a prestação dos serviços ocorrer nas dependências de unidades jurisdicionadas ao CNJ;

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar que, doravante, as rubricas de encargos trabalhistas, relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/ SALÁRIO EDUCAÇÃO / FGTS / RAT + FAP / SEBRAE, etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário sejam destacadas do pagamento do valor mensal devido às empresas contratadas para prestação de serviços, com previsão de dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências de órgão jurisdicionado ao Conselho Nacional de Justiça, e depositadas exclusivamente em banco público oficial. (Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18).

§ 1º Considera-se dedicação exclusiva de mão de obra aquela em que o Edital de Licitação e anexos (Termo de Referência ou Projeto Básico e minuta de contrato) por via de regra estabelecem que a contratada deve alocar profissionais para trabalhar continuamente nas dependências do órgão, independentemente de o edital indicar perfil, requisitos técnicos e quantitativo de profissionais para a execução do contrato, sendo que a atuação simultânea devidamente comprovada de um mesmo empregado da contratada em diversos órgãos e/ou empresas descaracteriza a dedicação exclusiva de mão de obra. (Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18).

§ 2º Os depósitos de que trata o caput deste artigo devem ser efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, aberta no nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do tribunal ou do conselho contratante. (Incluído pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 2º A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, serão providenciadas pelo ordenador de despesas do Tribunal ou do Conselho ou por servidor previamente designado pelo ordenador. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 3º Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 4º O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas:

I – férias;

II – 1/3 constitucional;

III – 13º salário;

IV – multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

V – incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário; e

VI – (Revogado pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 5º Os tribunais ou os conselhos deverão firmar termo de cooperação com banco público oficial, conforme modelo constante no Anexo I, que terá efeito subsidiário a esta Resolução, determinando os termos para a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Parágrafo único. Os tribunais ou os conselhos poderão negociar, com banco público oficial, caso haja a cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para a abertura e a movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 6º A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o Tribunal ou o Conselho e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

I - solicitação pelo Tribunal ou pelo Conselho contratante ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, no nome da empresa, conforme modelo constante no termo de cooperação, devendo o banco público oficiar ao Tribunal ou ao Conselho sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13)

II - assinatura, pela empresa contratada, no prazo de vinte dias, a contar da notificação do Tribunal ou do Conselho, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ou ao Conselho ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal ou do Conselho, conforme modelo indicado no termo de cooperação. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 7º Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta-depósito mediante autorização do Tribunal ou do Conselho, que deverá expedir ofício ao banco público oficial, conforme modelo constante no termo de cooperação. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13.

Parágrafo único. Após a movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, o banco público oficial comunicará ao Tribunal ou ao Conselho, por meio de ofício, conforme modelo indicado no termo de cooperação. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 8º Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 9º Os valores referentes às rubricas mencionadas no art. 4º serão destacados do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a prestação dos serviços ocorra com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 1º desta Resolução, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc. (Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18).

Art. 10. A verificação dos percentuais das rubricas indicadas no edital de licitação e contrato, o acompanhamento, o controle, a conferência dos cálculos efetuados, a confirmação dos valores e da documentação apresentada e demais verificações pertinentes, bem como a autorização para movimentar a conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, serão efetuados nas áreas de administração ou orçamento e finanças, a critério do ordenador de despesas do Tribunal ou do Conselho, que deverá disciplinar as atribuições de cada área. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Parágrafo único. O ordenador de despesas estabelecerá a unidade administrativa do Tribunal ou do Conselho responsável pela definição dos percentuais das rubricas indicadas no art. 4º desta Resolução.

Art. 11. Os editais referentes às contratações de serviços que devem ser prestados nas dependências do Tribunal ou do Conselho, com previsão de dedicação exclusiva de mão de obra, deverão conter expressamente o disposto no art. 9º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18).

Art. 12. A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal ou do Conselho para:

I - resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no art. 4º desta Resolução, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados; e (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no art. 4º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

§ 1º Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no inciso I deste artigo, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do tribunal ou do conselho os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no art. 4º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

§ 2º Os tribunais ou os conselhos, por meio de seus setores competentes, expedirão, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata o inciso I deste artigo encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

§ 3º Na situação descrita no inciso II deste artigo, o Tribunal ou o Conselho solicitará ao banco público oficial que, no prazo de dez dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

Art. 13. (Revogado pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 14. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal ou Conselho deverá requerer, por meio da contratada, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

§ 1º No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a empresa contratada poderá adotar um dos procedimentos indicados nos incisos do art. 12 desta resolução, devendo apresentar ao Tribunal ou ao Conselho, na situação consignada no inciso II do referido artigo, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários. (Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18).

§ 2º A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato. (Incluído pela Resolução nº 248, de 24.5.18).

§ 3º Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no parágrafo anterior houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual. (Incluído pela Resolução nº 248, de 24.5.18)

§ 4º O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado. (Redação dada pela Resolução nº 301, de 29.11.19).

Art. 15. (Revogado pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 16. A empresa contratada deverá atender à solicitação de assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em banco público indicado pelo Tribunal ou pelo Conselho, nos termos estabelecidos no inciso II do art. 6º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13).

Art. 17. No edital de licitação e no contrato devem constar:

I – os percentuais das rubricas indicadas no art. 4º desta resolução, para fins de retenção;

II - os valores das tarifas bancárias de abertura e de manutenção da conta depósito vinculada, negociadas com o banco público oficial, caso haja cobrança, conforme previsto no parágrafo único do art. 5º; (Alterado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013)

III - a indicação de que eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias e não seja possível a negociação prevista no inciso anterior; (Alterado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013)

IV – a forma e o índice de remuneração dos saldos da conta-depósito vinculada, conforme consta no art. 8º desta Resolução; (Alterado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013)

V – a indicação de que haverá retenção sobre o montante mensal do pagamento devido à empresa dos valores das rubricas previstas no art. 4º desta resolução;

VI - (Revogado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013);

VII – (Revogado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013);

VIII – a indicação de que será destacado do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado na conta-depósito vinculada, na forma estabelecida no § 2º do art. 1º desta Resolução, o valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta depósito, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação; e (Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18)

IX – a penalização a que está sujeita a contratada, no caso de descumprimento do prazo indicado no inciso II do art. 6º desta Resolução.

Art. 18. Os contratos firmados antes da publicação desta Resolução devem observar a Resolução CNJ nº 98/2009.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**

*\* Os anexos da presente Resolução constam do documento original.*

**ANEXO IV (CONTINUAÇÃO)**

**ANEXO VII DA RESOLUÇÃO Nº 169, DE 31 DE JANEIRO DE 2013, DO CNJ**

**A U T O R I Z A Ç Ã O**

À Agência AAAAAA do Banco xxxx S.A

Endereço

CEP: nn.nnn-nnn (CEP da agência) – Cidade (UF)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo em caráter irrevogável e irretratável, que o **TRIBUNAL OU CONSELHO**, solicite a esta agência bancária, providencia por meio eletrônico, qualquer tipo de movimentação financeira na conta nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (número da conta), de minha titularidade, destinada a receber os créditos ao amparo da Lei nº , de de de a título de provisão de encargos trabalhista do Contrato \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(número do Contrato) firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial xxxx do dia \_\_\_\_.\_\_\_\_\_. 200x, página nº \_\_\_\_\_\_\_, bem como tenha acesso irrestrito de seus saldos, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(*nome do Proponente*)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(local e data)

**ANEXO IV (CONTINUAÇÃO)**

**ANEXO X DA RESOLUÇÃO Nº 169, DE 31 DE JANEIRO DE 2013, DO CNJ**

Oficio nº \_\_\_\_/200x - AAA

XXX, de de 200x

O(a) Senhor(a)

(NOME DO PROPONENTE)

(Cargo do Proponente e nome da empresa)

(Endereço do Proponente).

(CEP do endereço do Proponente)

(Cidade e UF do Endereço do Proponente)

Prezado Sr (a). (nome do Proponente).

Informamos a abertura na conta nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*número da conta*), vinculada ao CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*número do CNPJ do Proponente*) na Agência XXX do Banco do Brasil S.A, prefixo XXX-X, em seu nome, destinada a receber os créditos ao amparo da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº , de de de 2017.

2. Na oportunidade, solicitamos comparecer, em no Máximo 20 dias corridos, a partir desta data, à referida agência para regularizar a conta e fornecer a documentação necessária, de acordo com as normas do Banco Central, bem como autorizar, em caráter irrevogável de irretratável, este Conselho a ter acesso irrestrito aos saldos e extratos, inclusivo de aplicações financeiras, quanto a, faculdade de solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta.

Atenciosamente,

**A aaaaaaaa Cccccccccc**

**Cargo/Órgão**

**ANEXO V**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

**CONSIDERANDO** que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

**CONSIDERANDO** que as sociedades cooperativas, segundo a Lei no. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º., “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

**CONSIDERANDO** que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei no. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

**CONSIDERANDO** que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

**CONSIDERANDO** que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

**CONSIDERANDO** o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª. sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

**RESOLVEM**

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**Cláusula Primeira** - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

a)– Serviços de limpeza;

b) – Serviços de conservação;

c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;

d) – Serviços de recepção;

e) – Serviços de copeiragem;

f) – Serviços de reprografia;

g) – Serviços de telefonia;

h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;

i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;

j) – Serviços de auxiliar de escritório;

k) – Serviços de auxiliar administrativo;

l) – Serviços de *office boy* (contínuo);

m) – Serviços de digitação;

n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;

o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;

p) – Serviços de ascensorista;

q) – Serviços de enfermagem; e

r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

**Parágrafo Primeiro** – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

**Parágrafo Segundo** – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no *caput*.

**Cláusula Segunda** - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

**Cláusula Terceira** - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

**Parágrafo Primeiro** - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

**Parágrafo Segundo** – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

**Parágrafo Terceiro** - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

**DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula Quarta** – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Parágrafo Primeiro** – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

**DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

**Cláusula Quinta** – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

**DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

**Cláusula Sexta** - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

**Cláusula Sétima** - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

**Parágrafo único** - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

**Cláusula Oitava** - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, *caput*, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO  
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO  
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO  
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES  
Presidente da Associação dos Juízes Federais  
do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores   
do Trabalho – ANPTL

**ANEXO VI**

**DO PREENCHIMENTO DAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (INSTRUÇÕES)**

1. **INFORMAÇÕES GERAIS:**
   1. A empresa deverá apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços para os postos de serviço de Vigilante em escala 44h semanais integral, diurno.
   2. Deverão ser observados os valores máximos aceitos pelo TRT, constantes das Planilhas de Custos e Formação de Preços.
   3. Deverão ser demonstrados os custos relativos aos “Materiais e Equipamentos” e “Uniformes” para execução dos serviços, conforme informações contidas nas respectivas planilhas.
   4. Nos preços propostos deverão estar inclusas todas as despesas com salários, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários à execução do contrato;
   5. Os custos com os benefícios deverão ter como base as condições estabelecidas na convenção coletiva de trabalho vigente à época da apresentação da proposta;
   6. Deverá ser observado o piso salarial da respectiva categoria, firmado em instrumento coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta;
   7. As empresas deverão contemplar em seus orçamentos todos os itens necessários à adequada realização dos serviços;
   8. Não poderá constar das Planilhas de Custos e Formação de Preços item relativo à “RESERVA TÉCNICA”, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
   9. Conforme Acórdão 1.595/2006 – Plenário - TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a CONTRATADA.
   10. A metodologia de apresentação dos preços dos serviços, objeto deste Termo de Referência, baseia-se nos moldes apresentados pela Instrução Normativa 05/2017.
2. **INSTRUÇÕES QUANTO AO PREENCHIMENTO DAS PLANILHAS:**
   1. O TRT fornecerá arquivo eletrônico contendo as seguintes Planilhas: Aviso, Dados da Contratação, Dados do Proponente, Encargos e Benefícios, Uniformes, Materiais e Equipamentos, Planilhas de Custos e Formação de Preços e Valor Global.
   2. As planilhas estão concebidas para efetuarem automaticamente os cálculos, devendo ser alimentados somente os valores nos campos em amarelo.
   3. Nas planilhas deverão ser observado o seguinte:
      1. DADOS DA CONTRATAÇÃO: informar o número, data e horário da licitação.
      2. DADOS DO PROPONENTE: informar a razão social da empresa licitante, CNPJ da empresa licitante, endereço completo, telefone, email e regime de tributação.
      3. ENCARGOS E BENEFÍCIOS: informar o salário mínimo oficial, salário normativo da categoria profissional, data base da categoria profissional, encargos legais da empresa licitante e benefícios legais e acordados.
      4. UNIFORMES: informar o custo unitário dos uniformes.
      5. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: informar a marca e valor unitário dos materiais.
   4. Nas Planilhas de Custos e Formação de Preços, deverá ser observado o seguinte:
      1. Módulo – Remuneração: informar somente os adicionais previstos na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT ou os decorrentes do local de trabalho.
      2. Módulo – Benefícios Mensais e Diários: os valores informados deverão refletir o custo real do benefício, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado.
      3. Módulo – Uniformes: os valores informados deverão refletir o custo mensal por empregado.
      4. Módulo – Materiais e Equipamentos: os valores informados deverão refletir o custo mensal por empregado, no entanto os valores referem-se a 5 (cinco) kits de equipamentos, que serão utilizados da seguinte maneira: 3 (três) kits durante o dia no TRT 24ª Região e 2 (dois) kits durante o dia no Fórum Trabalhista, que serão utilizados também pelos vigilantes dos postos noturnos e pelos vigilantes dos finais de semana, ficando a cargo da Contratada a logística dos equipamentos quando não coincidirem as trocas de turno, prática já utilizada pelas empresas de vigilância.
      5. Módulo – Encargos Sociais e Trabalhistas:
         1. Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.
         2. Percentuais incidentes sobre a remuneração.
         3. Módulo – Custos Indiretos, Lucro e Tributos:
            1. Deverão ser calculados os Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado.
            2. O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.
            3. Deverão ser informados os percentuais dos Tributos Federais: COFINS ou PIS, Tributos Estaduais: especificar caso exista tributo, Tributos Municipais: ISSQN, e Outros Tributos: especificar caso exista outro tributo.
3. **INFORMAÇÕES QUANTO AOS ENCARGOS SOCIAIS:**
   1. O percentual máximo aceitável para a remuneração dos encargos sociais e trabalhistas será o constante do Anexo VI.
   2. As empresas devem cotar o percentual relativo a Seguro Acidente de Trabalho – SAT, de acordo com o Anexo V do Decreto 6.957/2009, sendo 1% para empresas de risco leve, 2% para empresas de risco médio e 3% para empresas de risco grave.
   3. Essas alíquotas poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, mediante a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Cabe a empresa apresentar documento comprovando o FAP a ser aplicado.
   4. Os percentuais relativos a Previdência Social, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho, 13º Salário, Férias e Abono de Férias, constantes da Planilha de Percentual dos Encargos Sociais, não podem ser alterados.
   5. Caso a licitante reduza os encargos sociais com o intuito de vencer esta licitação, não poderá solicitar revisão do percentual nos pedidos de reequilíbrio ou repactuação.
4. **INFORMAÇÕES QUANTO ÀS DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS, LUCROS E CUSTOS INDIRETOS E TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO**
   1. Para elaboração das planilhas de custo e formação de preços, a licitante deverá considerar os limites máximos abaixo estabelecidos, respeitando o seu respectivo regime de tributação, e observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência:
      1. empresas optantes pelo regime de incidência cumulativa de PIS e de COFINS:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição** | | **Percentual** |
| Custos Indiretos / Despesas Operacionais e Administrativas | A | Máximo: 3% |
| Lucro | B | Máximo: 6,79% |
| Tributos sobre o Faturamento | C | 8,65% |
| ISS | | 5% |
| COFINS | | 3% |
| PIS | | 0,65% |

* 1. Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da licitante e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.

**ANEXO VII**

**DOS PARÂMETROS DE CÁLCULO NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Foram seguidos os parâmetros do Caderno Técnico para Contratação do Serviço de Vigilância do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, para a planilha de “vigilante-SDF”, excetuando apenas as modificações conforme abaixo:

* **Porque não se adotou o parâmetro 4,845, para a planilha de “vigilante-SDF”:**

Este valor do MPOG foi obtido com base nos dias trabalhados de um vigilante que trabalha aos finais de semana e feriados (Vigilante SDF), verificados em um período de um ano, na época da realização do cálculo. Ocorre que os feriados da justiça do trabalho são diferentes daquele período, bem como são diferentes quando se comparam os feriados do Poder Executivo e Poder Judiciário, conforme se verifica no Calendário Institucional do TRT 24ª Região, no endereço <<<http://www.trt24.jus.br/web/guest/calendario>>> com o filtro “Campo Grande”. A quantidade de feriados que recaem de segunda à sexta-feira somadas aos sábados e domingos é igual a 120 dias (em média), dividindo-se pela quantidade de vigilantes no posto 12x36 temos 60 dias de trabalho anuais de cada vigilante e, finalmente, dividindo-se por 12 meses a quantidade de dias trabalhados mensalmente, em média, é de 5 dias, razão pela qual o **valor 5** como multiplicador é o mais adequado e reflete verdadeiramente o valor devido por este Tribunal à empresa contratada.

O valor de parâmetro 4,845 adotado nos cadernos anteriores corresponde a 96,9% do valor efetivamente pago a cada vigilante pela empresa, o que resultaria em enriquecimento sem causa ao tribunal.

* **Porque não se utilizou o parâmetro 58,142856, para a planilha de “vigilante-SDF”:**

Esse parâmetro serve para calcular o salário parcial do Vigilante SDF e era baseado no parâmetro explicado anteriormente, qual seja, parâmetro 4,845 multiplicando-se por 12, que corresponderia às horas trabalhadas no mês, ou seja, 4,845 dias de trabalho multiplicado por 12h seria igual a 58,142856 horas.

No entanto, conforme demonstrado, a remuneração correta da empresa seria de 5 dias o que corresponderia a 60 horas. O parâmetro de cálculo da hora é o divisor 220, conforme CCT 2018-2020, Cláusula 31ª. Podemos ver na Planilha de Custos e Formação de Preços a seguinte fórmula: Salário base dividido por 220 (horas) e multiplicado por 60 (horas) na célula “Encargos\_Benefícios!I56”.

* **Porque não se utilizou o parâmetro 58,33,, para cálculo do adicional noturno:**

O adicional noturno é tratado pela convenção coletiva na Clausula 13ª, que aduz que o cálculo será conforme artigo 73 da CLT, ou seja, horário noturno reduzido para 52 minutos e 30 segundos entre 22h e 5h.

O cálculo do caderno faz a separação das horas noturnas, calculando 7 horas com apenas o adicional noturno e mais uma hora noturna adicional, trouxemos abaixo a legislação pertinente.

O cálculo da hora noturna é reduzido, conforme cláusula 13ª da CCT, então de 22h a 05h temos 420 minutos, dividindo-se por 52min e 30seg (hora reduzida) resulta em oito horas noturnas. A jornada mensal do vigilante em escala 12x36 é de 192 horas/mês/30 dias, conforme se extrai da cláusula 31ª, *caput.* Já na Cláusula 32ª, *caput,* estabeleceu-se, para efeito da remuneração, na escala de 12h de trabalho por 36h de descanso, a **compensação entre jornadas**, tanto para o trabalho diurno quanto para o noturno. E no parágrafo primeiro da mesma cláusula, a CCT trouxe que, em razão da compensação estabelecida no *caput “*não serão devidas horas extras, pagando-se como remuneração o piso da categoria, e, **quando for o caso de labor noturno, o adicional noturno proporcional aos dias laborados no horário noturno”** (grifo nosso).

Infere-se desta cláusula que é devido apenas o adicional sobre as horas trabalhadas entre 22h e 5h (8 horas em razão do horário noturno reduzido), excluindo-se a hora prorrogada (5h as 6h), conforme Cláusula 13ª da CCT. Não há o pagamento de hora noturna (base de cálculo dividida por 220 e multiplicada por 1,2 – 120%), mas apenas de adicional noturno (quantidade de horas noturnas multiplicadas por 0,2 – 20%)

Logo, pelo que foi levantado por meio de verificação dos feriados do TRT 24ª Região em Campo Grande, de que o total de dias não úteis para os trabalhadores terceirizados é igual a 120 dias, logo, a quantidade de dias úteis para eles é de 245 dias, divididos por 12 meses, equivale a 20,41666666666667 (20,42) dias/mês, para base de cálculo de vale-transporte, auxílio-alimentação e indenização do intervalo intrajornada dos Vigilantes 44h.

Da mesma forma chegamos ao seguinte cálculo para escala de 12x36: 365 dias divido por 2 (trabalham um dia sim e um não) igual a 182,5 dias, dividindo-se ao final por 12 meses, resultando em 15,20833... (15,21) dias de trabalho mensal.

Observou-se que o Caderno realizou a proporcionalidade para o Vigilante 12x36, que trabalha 15 dias no mês, mas não fez o mesmo para o Vigilante 44h semanais, que trabalha 22 dias no mês.

Desta forma, o desconto foi calculado de forma proporcional aos dias trabalhados para todas as escalas, nas seguintes razões:

(22/30)\*6% = 4,4%

(15/30)\*6% = 3%

(5/30)\*6% = 1%